

MERCADO DE LÍNGUAS. A GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS EDITADOS NO BRASIL

Leandro Rodrigues Alves DINIZ (PGL – Unicamp/Fapesp)

1. Introdução

A assinatura dos Tratados do Mercosul parece sinalizar, conforme destaca Zoppi-Fontana (2004), um novo momento na gramatização (Auroux, 1992) e institucionalização brasileiras do português. Com efeito, a construção de um saber metalingüístico brasileiro sobre o português como língua estrangeira (PLE) envolveu, a partir de então, diferentes mecanismos de instrumentalização, seja a partir do Estado, da Academia ou da iniciativa privada. Nesta comunicação, dedicaremos nossa atenção à produção de livros didáticos (LDs) brasileiros nesse domínio.

Pensando o arquivo (Pêcheux, 1997) como um sistema regido por uma determinada prática discursiva, apresentaremos, primeiramente, um panorama da produção editorial brasileira de LDs de PLE, chamando atenção para o impulso por que essa passa a partir do fim da década de 1980. Procuraremos estabelecer, nesse arquivo, algumas redes de relações significantes, através da análise de títulos, capas e outros recortes discursivos. Mostraremos, assim, que o arquivo analisado aponta para mudanças no espaço de enunciação (Guimarães, 2002) brasileiro. Antes, porém, faremos algumas reflexões teóricas fundamentais para nosso trabalho.

2. A Análise do Discurso e a entrada em cena de aportes de campos vizinhos

Nosso estudo tem como referencial a *Análise do Discurso* (AD), tendo em vista, ainda, a “entrada em cena de aportes vindos de campos vizinhos”, como proposto na ementa desta seção de comunicações. Pensaremos, especificamente, a relação da AD com a *História das Idéias Lingüísticas*, considerando o domínio dos fenômenos da linguagem como um espaço de produção de tecnologias que mudam a relação do homem com os objetos simbólicos e com as formas de organização social (Orlandi, 2001).

Um conceito fundamental para nosso trabalho é o de gramatização, proposto por Auroux¹ (1992). Conforme destaca Orlandi (*op. cit.*), a gramatização, além de implicar a constituição de um saber metalingüístico, resulta na construção de espaços imaginários de identificação, tendo, assim, efeitos sobre a configuração das formas das sociedades. No presente trabalho, procuramos pensar, especificamente, os LDs de PLE como instrumentos

¹ Auroux define a gramatização (1992, p. 65) como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”.

lingüísticos, que produzem sentidos para a relação que o sujeito não-brasileiro estabelece com o Brasil, seu povo e sua língua nacional.

O conceito de gramatização mantém uma forte relação com o de hiperlíngua² (Auroux, 1997), que, à primeira vista, poderia ser interessante para nossa pesquisa. Sem dúvida, a afirmação de Auroux de que a estrutura da hiperlíngua é modificada a partir da introdução de instrumentos lingüísticos (*ibidem*, p. 21) representa um avanço teórico importante. Além disso, pensar a relação imaginária que os sujeitos mantêm com os instrumentos lingüísticos é bastante produtivo para nosso estudo. Todavia, esse conceito implica uma concepção de sujeito, história e língua bastante diferentes – por vezes, opostas – daquelas da AD.

Destacamos, em primeiro lugar, que a noção de comunicação observada no conceito de hiperlíngua já é problemática para aqueles que se filiam à AD, uma vez que, conforme afirma Pêcheux, a linguagem serve para comunicar e para não comunicar. Observamos, ainda, que o conceito de Auroux se sustenta em uma noção de indivíduo dado *a priori*, cujo somatório constituiria a sociedade. Tal perspectiva se opõe à da AD, para a qual os sujeitos são constituídos nos/pelos processos discursivos. Além disso, o processo histórico não tem um peso na formulação do conceito de hiperlíngua, contrastando-se com a perspectiva da AD, de cujo aparelho teórico faz parte o conceito de *condições de produção* (CP).

Dessa forma, o conceito de hiperlíngua nos parece inapropriado em razão de nossa filiação discursiva e de nossos objetivos de pesquisa. Optaremos pelo conceito de “espaço de enunciação”, proposto no quadro da Semântica do Acontecimento, que nos parece mais profícuo, tanto teórica quanto metodologicamente. Segundo Guimarães (2002, p. 18) “os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, re-dividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”. Trata-se, portanto, de um espaço político, constitutivamente marcado por disputas pelas palavras e pelas línguas. Por “político”, entende-se o “conflito entre uma divisão normativa

² Para Auroux (1997, p. 19), a hiperlíngua designa um espaço/tempo estruturado pelos seguintes elementos: (i) diferentes indivíduos têm entre si relações de comunicação; (ii) tais relações se efetuam sobre a base de competências lingüísticas, isto é, de aptidões atestadas por sua realização; (iii) as competências lingüísticas individuais não são as mesmas; (iv) os indivíduos podem ter acesso (direto ou indireto) a instrumentos lingüísticos, com os quais têm uma relação imaginária; (v) esses indivíduos mantêm atividades sociais; (vi) as relações de comunicação têm lugar em ambientes determinados.

e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (*ibidem*, p. 16). O político não é, dessa maneira, algo exterior à língua, que lhe é acrescido por razões sociais; ao contrário, ele é parte do seu funcionamento.

Por ser necessariamente atravessada pelo político, a língua é marcada por uma divisão, pela qual os falantes se identificam. O falante é, então, concebido como uma “figura política constituída pelos espaços de enunciação” (*ibidem*, p. 18), e não como uma figura empírica – tal como observamos no conceito de hiperlíngua. Nessa perspectiva, não é o conjunto de indivíduos que constitui o espaço-tempo – como propõe Aurox –, mas o espaço de enunciação que constitui o sujeito. Percebemos, neste ponto específico, a relação do conceito de “espaços de enunciação” com o de “interdiscurso”, proposto no quadro da AD.

3. O português como uma língua veicular

Uma vez feitas essas considerações, passemos à análise do arquivo em questão, composto por LDs brasileiros de PLE. A fim de mapear sua produção editorial, fizemos um levantamento dos principais materiais produzidos desde a década de 1950, quando surgiu a primeira publicação. A partir desse levantamento, elaboramos um gráfico através do qual podemos observar a contribuição percentual de cada quinquênio em relação ao total de livros de PLE publicados entre 1950 e 2006 (Figura 1). Percebemos que há, a partir do fim da década de 80, um grande crescimento na produção desses materiais. O período compreendido entre 1950 e 1984 – que corresponde a quase 62% de todo o espaço de tempo considerado – é responsável por aproximadamente 30% dos LDs publicados, enquanto o período entre 1985 e 2006 – que corresponde a apenas 38% do período em questão – responde por quase 70% dessa produção.

Notamos, portanto, um grande crescimento na produção dos LDs brasileiros de PLE a partir do fim da década de 1980. Tal período coincide, justamente, com o início da configuração do Mercosul – que, institucionalmente, se dá em 1991, com a assinatura dos Tratados de Assunção. Essas novas CP – marcadas pelo crescimento do poder do Mercado (Payer, 2005) – produzem mudanças no funcionamento discursivo dos LDs mais recentes, em que o português passa a ocupar o lugar de uma língua de ação, de socialização, de troca, ou, para resumir, de *veicular* (Gobard, 1976).

A esse respeito, observemos, inicialmente, o título de um livro publicado em 1999, por Ponce *et. al.*: “Bem-vindo: a língua portuguesa no mundo da comunicação”. A expressão “bem-vindo” funciona aí como um marcador temporal, que aponta para uma ruptura: a língua portuguesa antes não pertencia ao conjunto das línguas que “estão no mundo da comunicação”, mas agora já ocupa esse lugar. A expressão “(estar) no mundo da comunicação” assume, então, um sentido diferente daquele do senso-comum, segundo o qual as línguas servem para comunicar; caso contrário, o subtítulo do LD em questão seria redundante. Parafrasticamente, poderíamos relacioná-la a expressões como “estar no mundo comercial”, “estar incluído no mundo globalizado”, o que produz para o português – que se recobre com a língua nacional brasileira, a partir de elementos não-verbais da capa – os sentidos de uma língua veicular.

Algumas capas produzem efeitos de sentido similares, como a do livro “Diálogo Brasil” (Figura 2). Em seu segundo plano, aparece a imagem de uma praia deserta, configurando-se, assim, um processo parafrástico, que produz o retorno a um mesmo espaço de dizer: o Brasil aparece, pois, como um local paradisíaco, dotado de inúmeras riquezas naturais, “abençoado por Deus”. Por outro lado, estão, em primeiro plano, executivos sentados à mesa, concentrados e pensativos, em uma reunião de negócios. O fato de os executivos serem de diferentes etnias nos leva a pensar numa reunião característica de um mundo globalizado, envolvendo empresas de diferentes países. O jogo entre esses dois planos da imagem parece reproduzir, dessa forma, a tensão entre paráfrase e polissemia: aquela se relaciona ao segundo plano da imagem, em que temos a presença de elementos do discurso fundador (Orlandi, 1993); esta, ao primeiro plano da imagem, que coloca o português como uma língua veicular.

Relaciona-se a esse processo polissêmico o fato de que, em alguns livros mais recentes, a aprendizagem do português aparece não como um fim *per se*, mas como um instrumento, um meio para se atingirem determinados objetivos. Não se trata, portanto, simplesmente de aprender a língua, mas de adquirir um saber através dessa. No recorte seguinte, por exemplo, observamos que a aprendizagem do português é representada como um objetivo secundário, necessário para se alcançar a maior meta: conhecer o Brasil e, sobretudo, “participar da sua economia”:

O Brasil vem se destacando cada vez mais no cenário econômico mundial. Todos os dias, mais e mais empresas e profissionais chegam aqui para concretizar Negócios e participar da nossa economia. Torna-se, portanto, essencial o ensino e o aprendizado do idioma português falado no Brasil por parte de todos os protagonistas desse universo. (“Panorama Brasil: ensino do português do mundo dos negócios”, quarta-capa)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de nosso arquivo indica que, de fato, a ampliação do espaço de enunciação do português, a partir da configuração do Mercosul, foi acompanhada por um processo de gramatização brasileira (Zoppi-Fontana, 2004). Nessas novas CP – marcadas pelo crescimento do poder do Mercado (Payer, 2005) – a língua portuguesa passa a ocupar um novo lugar no cenário internacional. Os livros didáticos mais recentes, enquanto instrumentos lingüísticos, trabalham no sentido de legitimar esse novo lugar. O português aparece, então, como uma língua “de comunicação”, de “troca comercial”, através da qual se pode obter “sucesso”. Essa é, segundo Payer (*ibidem*), a recompensa prometida àqueles que obedecem às “leis do Mercado”, em tempos contemporâneos.

Referências

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.
- _____. A hiperlíngua e a externalidade da referência. In: ORLANDI, E. (Org.) **Gestos de leitura**. Da História no Discurso. Campinas: Unicamp, 1997. p. 245-255.
- GOBARD, H. **L’aliénation linguistique**. Analyse tétraglossique. Paris: Flammarion, 1976.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.
- ORLANDI, E. P. (org) **Discurso Fundador**. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.
- _____. “O Estado, a Gramática, a Autoria”. **Relatos** 4, IEL, Campinas, 1997.
- _____. “Apresentação”. In: ORLANDI, E. (org.). **História das idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.
- PAYER, M. O. “Sujeito e sociedade contemporânea. Sujeito, Mídia, Mercado”. **Rua** 11, 9-25, 2005.
- PÊCHEUX, M. “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, E. (Org.) **Gestos de leitura**. Da História no Discurso. Campinas: Unicamp, 1997. p. 55-66.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. **A língua brasileira no Mercosul**. Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados. Projeto de pesquisa referente à solicitação de Bolsa PQ/CNPq, edital CA 10/2004. Campinas: IEL/Unicamp, 2004.

Figura 1 - Porcentagem do total de LDs brasileiros de PLE publicados entre 1950 e 2006

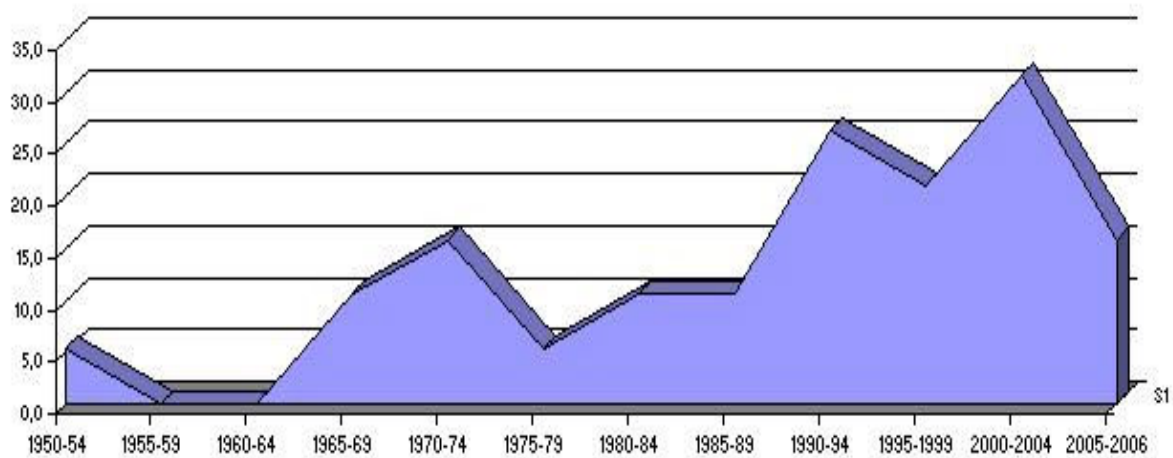


Figura 2 – Capa do livro “Diálogo Brasil”

